

ética

↳ ATIVIDADES DA ADVOCACIA:

- É possível, de acordo com o art. 2º A, do Estatuto da Advocacia e da OAB que o advogado contribua com a elaboração de normas jurídicas, no âmbito dos Poderes da República.

- Se houver renúncia ao patrocínio, o ato deve ser feito sem menção do motivo que a determinou conforme o artigo 16 do Código de ética e disciplina.

- Para o exercício de atos extrajudiciais, o estagiário pode comparecer isoladamente, quando receber autorização ou subestabelecimento de advogado.

- Enquanto suspenso, o advogado não pode exercer nenhum ato privativo do advogado. Porém, a impetração de habeas corpus não se enquadra neste rol podendo ser impetrado por qualquer pessoa, conforme a CF.

- Apenas exercem serviços de notória especialização o advogado ou a sociedade de advogados cujo trabalho seja possível inferir ser essencial e, indiscutivelmente, o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

- A renúncia do advogado implica na representação da cliente durante o prazo de 10 dias, contados da notificação da renúncia, exceto se a cliente constituir no advogado antes prazo.

↳ É importante mencionar que são contados os dias úteis, salvo em processos criminais.

- De acordo com o art. 20, §1º e 2º do Código de Ética e disciplina da OAB, no exercício da advocacia pro bono, e ao atuar como defensor nomeado, conveniado ou dativo, o advogado empregará o zelo e dedicação habituais, de forma que a parte por ele assistida se sinta amparada e confie no seu patrocínio.

Considera-se advocacia pro bono a prestação gratuita, eventual e voluntária de serviços jurídicos em favor de instituições sociais sem fins econômicos e aos seus assistidos, sempre que os beneficiários não dispuserem de recursos para a contratação do profissional.

A advocacia pro bono pode ser exercida em favor de pessoas naturais que, igualmente, não dispuserem de recursos para, sem prejuízo do próprio sustento, contratar advogado.

↳ a advocacia pro bono não pode ser utilizada para fins político-partidários ou eleitorais, nem beneficiar instituições que visem a tais objetivos, ou como instrumento de publicidade para capacitação de clientela.

- O advogado não pode juntar procuração aos autos, caso já exista patrono constituído. A mudança de advogado deve ocorrer por meio de renúncia, revogação ou subestabelecimento sem reserva de poderes.

↳ porém, em situações de caráter urgente e inadiável, admite-se a juntada de procuração, mesmo com outra acostada no processo.